

Mentoria Pré75

SEDf 2026 ↗

**SIMULADO
120 ITENS**



Olá

Seja bem-vindo ao primeiro simulado da **Mentoria Pré75**. Para você que já está matriculado na mentoria, teremos mais 4 simulados ranqueados com avaliações diagnósticas que ajudarão na sua preparação.

Neste formulário, você vai indicar as suas respostas para que possa receber o gráfico de avaliação e comparação com os demais alunos participantes.

- **Link:**

CLIQUE AQUI

- Prazo para envio das respostas no link acima: **13/02/2026 a 17/02/2026.**
- O formulário estará disponível para o envio das respostas de sexta a terça-feira, até às 20 horas.
- Você receberá o ranking até a quinta-feira da semana seguinte.
- **Observação:** Caso você não coloque o seu endereço de email corretamente, não receberá o ranking semanal.

Lembre-se de indicar o nome do seu tutor.

Até breve,

Prof. Carlinhos Costa e Prof. William Dornela

Parte Básica

Interpretação - Port. Mariana Noleto

Vozes sertanejas também nos falaram como superaram a fome, a sede, a miséria, a mortalidade infantil, o saque, a migração, com obras pequenas, no pé de suas casas, como as cisternas de produção e de consumo humano, que guardam a água coletada das chuvas. Ali estão seus canteiros agroecológicos, seus quintais produtivos, seu manejo dos animais e tantas outras iniciativas. Não é mais uma experiência alternativa, já é um estilo de vida para cerca de 1 milhão de famílias no semiárido brasileiro.

01. No período “Ali estão seus canteiros agroecológicos, seus quintais produtivos, seu manejo dos animais e tantas outras iniciativas.”, os pronomes possessivos empregados no trecho “seus canteiros agroecológicos, seus quintais produtivos, seu manejo dos animais” têm o mesmo referente que o pronome empregado em “no pé de suas casas”, no período “Vozes sertanejas também nos falaram como superaram a fome, a sede, a miséria, a mortalidade infantil, o saque, a migração, com obras pequenas, no pé de suas casas, como as cisternas de produção e de consumo humano, que guardam a água coletada das chuvas.”.

Leandro Karnal – Não importa o que o profissional de enfermagem (se é técnico, auxiliar ou enfermeiro) faça, ele vai sofrer. Vai sofrer porque pode adoecer, porque pode perder alguém querido, porque a profissão é extremamente desafiadora e o ambiente hospitalar é muito estressante. Vai sofrer porque lida com a dor dos outros o dia inteiro - é inevitável.

Mas tanto os budistas quanto os filósofos estoicos afirmavam o seguinte: “Eu não controlo o mundo, eu controlo como o mundo me influencia”.

02. A semântica permanece ao trocarmos a conjunção que abre o segundo parágrafo por “Mas também”.

03. As marcas mais visíveis da textualidade são a coesão, a coerência e a intertextualidade. A frase a seguir **não** mostra coerência: **O amor se parece com a sede: um pouco de comida o sustenta.**

Cléber de Souza, empresário e ex-garçom, acordou mais cedo que de costume. Cumpru sua rotina matinal, se vestiu e partiu para uma das raras lojas que ainda revelam fotografias em Jaraguá do Sul (SC), onde mora. Pagou por uma única foto, tirada 21 anos atrás. Nela, aparece de camisa branca e gravata-borboleta ao lado de um sorridente senhor de barbas brancas, que vestia uma camisa rosa estampada com coqueiros. Era Francis Ford Coppola. O cineasta americano visitou Curitiba em 2003, ano da foto. Em uma estada de três semanas, passou cinco vezes no restaurante italiano onde Souza trabalhava.

04. O encadeamento de acontecimentos expressos por verbos no pretérito perfeito, como ocorre no primeiro parágrafo, é um dos elementos que caracterizam o texto como narrativo.

Gramática - Port. Polly da Hora

05. Na oração “Dê preferência a palavras comuns e utilizadas no dia a dia”, a substituição da expressão “dia a dia” por “dia-a-dia” é gramaticalmente correta, mas altera o sentido da oração.

No que se refere à estruturação linguístico-gramatical do texto, julgue o item seguinte.

06. Conforme o acordo ortográfico vigente, o termo “bem-te-vi” tanto pode ser grafado com hífen quanto sem hífen, pois se trata de palavra consagrada pelo uso.

07. Estaria de acordo com a ortografia oficial a grafia da palavra “micro-organismo” sob a forma microrganismo.

08. O termo “pré-adolescente” foi escrito corretamente, conforme o acordo ortográfico vigente. No entanto, um termo que deve ser escrito sem hífen é predominar.

Redação Oficial - Port. kássia Braga

09. A referência, a substituição, a elipse e o uso de conjunção são recursos que podem favorecer a coesão e a coerência de um texto oficial.

10. A impessoalidade é um requisito para o alcance da objetividade nas comunicações oficiais.

RIDE - Prof. Cleber Monteiro

11. O clima predominante no Distrito Federal é tropical semiúmido, marcado por duas estações bem definidas: uma quente e chuvosa e outra com baixos índices pluviométricos. Durante o período seco, é comum a ocorrência de problemas ambientais e impactos na saúde da população.

12. A construção de Brasília ocorreu em um contexto político marcado pela priorização do desenvolvimento das regiões litorâneas, reforçando a concentração econômica próxima aos portos e reduzindo a necessidade de integração do interior brasileiro.

13. A mudança da capital brasileira para o Planalto Central também estava associada a objetivos estratégicos, como fortalecer a presença do Estado em áreas interiores e estimular novos eixos de crescimento econômico.

14. No espaço urbano do Distrito Federal, observa-se uma organização socioespacial em que áreas com melhor oferta de serviços e empregos tendem a concentrar populações de maior renda, evidenciando processos de segregação urbana.

Informática - Prof. Carlinhos Costa

Considerando noções de informática, julgue os itens a seguir.

15. Os professores podem utilizar o Google Sala de Aula para criar questionários e avaliações online, acompanhando o desempenho dos alunos em tempo real e identificando áreas de dificuldade que requerem intervenção pedagógica.

16. O Google Sala de Aula oferece uma funcionalidade de inteligência artificial avançada que analisa automaticamente o desempenho dos alunos e atribui notas com base em algoritmos complexos de aprendizado de máquina. Essa capacidade de automação total no processo de avaliação elimina a necessidade de intervenção humana, reduzindo assim a carga de trabalho dos professores e proporcionando uma abordagem padronizada e im-

parcial na avaliação do progresso dos alunos.

17. O atalho “Ctrl + B” no Microsoft Word é usado para inserir uma quebra de página, separando o conteúdo do documento em duas páginas distintas.

Noções de Primeiros Socorros
Prof. Dayse Amarílio

De acordo com o seu conhecimento em Noções de Primeiros Socorros, julgue o item a seguir.

18. Durante o lanche na escola, um aluno de 7 anos começa a engasgar com um pedaço de fruta. Ele consegue tossir com força e está fazendo barulho ao tossir. Neste caso, o professor deve imediatamente aplicar os golpes nas costas para ajudar a desengasgar.

De acordo com o seu conhecimento em Noções de Primeiros Socorros, julgue o item a seguir.

19. Na manobra de desobstrução de vias aéreas em adultos e crianças acima de 1 ano, as novas diretrizes AHA 2025 recomendam alternar ciclos de 5 golpes dorsais (nas costas) com 5 compressões abdominais (Manobra de Heimlich) até a desobstrução ou perda de consciência.

LC 840/11 - Prof. Marcelo Santos

20. O Estatuto dos Servidores do Distrito Federal não alcança os empregados públicos, ainda que concursados.

21. Constitui falta de natureza grave, do Grupo I, a acumulação ilícita de cargos ou funções públicas, punível com a demissão.

LODF - Prof. Marcelo Santos

22. Constitui valor fundamental do DF promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso.

23. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina em horário regular no ensino fundamental, bem como no ensino médio da rede pública do Distrito Federal.

Direito Administrativo - Prof. Suzele Veloso

A respeito dos poderes e princípios da administração, bem como acerca da organização administrativa, julgue o item a seguir.

24. A função administrativa é atribuição exclusiva do Poder Executivo.

Em relação à organização administrativa, julgue o item a seguir, quanto à centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

25. Quando a Administração Pública presta diretamente os serviços à população, trata-se de uma hipótese de centralização da atividade administrativa.

Quanto à Administração Pública, julgue o item a seguir.

26. Os ministérios e as secretarias de estado são exemplos de entidades que compõem a administração pública indireta, pois possuem autonomia administrativa e financeira para executar políticas públicas.

PDPM - Prof. Suzele Veloso

27. O II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres contempla ações e metas distribuídas em nove eixos temáticos, incluindo igualdade no mundo do trabalho, enfrentamento da violência contra as mulheres e participação feminina nos espaços de poder e decisão.

28. O eixo relativo ao enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia integra o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres e constitui um dos eixos estruturantes do Plano.

ECA - Prof. Suzele Veloso

Acerca das políticas sociais, julgue o item subsequente.

29. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, independentemente da natureza do delito.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e legislações, políticas e programas destinados a crianças e adolescentes, julgue o item a seguir.

30. A suspeita de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente deve ser comunicada ao conselho tutelar, sem prejuízo das demais providências legais porventura necessárias.

LEGISLAÇÃO

CF/88 + LDB - Prof. Carlinhos Costa

No Centro Educacional (CED) 01 de Brasília, a equipe gestora desenvolve o Projeto Político-Pedagógico (PPP) com foco na integração entre a formação propedêutica e a preparação para a cidadania. O projeto busca observar as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Constituição Federal para assegurar que o ensino médio oferecido cumpra sua função social e legal.

Com base nessa situação hipotética, na LDB e na Constituição Federal, julgue os itens 31 a 33.

31. À luz do princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino no Distrito Federal é um imperativo que assegura a liberdade de aprender e de ensinar, desobrigando, contudo, o ente estatal de promover a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais no âmbito das redes particulares.

32. O dever do Estado com a educação, ao ser traduzido pelo desenvolvimento pleno do educando do CED 01 de Brasília e seu preparo para o exercício da cidadania, pressupõe a observância do princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, o que veda a cobrança de taxas em atividades curriculares complementares organizadas por essa unidade.

33. A gestão democrática do ensino público, aplicada ao cotidiano das escolas da rede de ensino do Distrito Federal, constitui um princípio que deve ser adaptado às peculiaridades de cada sistema, guardando conformidade com a finalidade constitucional de colaboração entre a família e a sociedade na promoção do processo educativo.

LBI - Prof. Carlinhos Costa

A Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, ao monitorar o projeto pedagógico do

Centro de Ensino Fundamental (CEF) 20 de Ceilândia, busca assegurar que a unidade escolar não apenas receba alunos com deficiência, mas que ofereça condições efetivas de aprendizado e desenvolvimento de talentos, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Com base nessa situação hipotética e na Lei 13.146/2015, julgue os itens 34 e 35.

34. No CEF 20 de Ceilândia, a garantia de um sistema educacional inclusivo deve ser assegurada em todos os níveis e modalidades de ensino, de modo que o aprendizado ao longo de toda a vida constitua um objetivo primordial para o alcance do máximo desenvolvimento possível dos talentos e das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais do estudante com deficiência.

35. Por força do dever constitucional e legal, a educação da pessoa com deficiência no âmbito das escolas públicas do Distrito Federal, como o CEF 20 de Ceilândia, é responsabilidade que recai sobre o Estado e a família, sendo a participação da sociedade e da comunidade escolar considerada uma ação facultativa e de caráter assistencialista dentro do processo de inclusão.

Resolução nº 2/2023 - Prof. Carlinhos Costa

Considere que o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 da Estrutural, unidade da rede pública de ensino do Distrito Federal, decida reformular suas práticas pedagógicas para o próximo ano letivo.

36. No que concerne à organização institucional e curricular sob a égide da Resolução nº 02/2023-CEDF, o referido estabelecimento deve assegurar que a abordagem do tema transversal relativo aos símbolos nacionais e distritais contemple, obrigatoriamente, o ensino do desenho e do significado das bandeiras, a interpretação da letra dos hinos, bem como a sua execução. Tal obrigação pedagógica coexiste com a autonomia da mantenedora em submeter à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a denominação da instituição, a qual deve apresentar harmonia com as etapas e modalidades de ensino por ela ofertadas.

Diretrizes da Avaliação - Prof. Carlinhos Costa

Com base nas Diretrizes de Avaliação Edu-

cacional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a função social e pedagógica da avaliação formativa pressupõe a utilização do feedback como instrumento de retroalimentação.

37. Nesse sentido, o retorno de informações aos estudantes constitui um elemento de autorregulação que, ao evidenciar o percurso das aprendizagens, harmoniza-se com o regime de progressão continuada, visando à superação da cultura da retenção em favor do desenvolvimento ininterrupto do educando.

Decreto 44.918/2023 - Prof. Carlinhos Costa

No exercício de suas atribuições legais conforme o Decreto nº 44.918/2023, julgue o item.

38. O Comitê de Prevenção e Combate ao Machismo e Valorização da Mulher detém competência para instaurar processos administrativos disciplinares e aplicar sanções aos servidores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal envolvidos em condutas machistas. Além disso, as campanhas educativas e os debates sobre o papel historicamente destinado às mulheres devem ser promovidos em caráter excepcional, sempre que houver registro de violência física no ambiente escolar, visando à otimização dos recursos públicos.

PNE - Prof. William Dornela

Na Escola Classe 01 do Recanto das Emas (DF), a equipe gestora vem discutindo ações para alinhar o projeto pedagógico às diretrizes nacionais educacionais. Entre as medidas propostas estão: ampliação progressiva da jornada escolar, fortalecimento de estratégias para alfabetização na idade adequada, incentivo à formação continuada docente e monitoramento do acesso e permanência dos estudantes na educação básica. Durante o debate, surgiram dúvidas sobre até que ponto essas ações dialogam diretamente com metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e como devem ser implementadas considerando a realidade local.

Com base nesse contexto e nas metas e estratégias do PNE, julgue o item a seguir.

39. A proposta de ampliação gradual da jor-

nada escolar na unidade está alinhada ao PNE, que prevê estratégias para expansão da educação em tempo integral como forma de melhoria da qualidade educacional.

PDE - Prof. William Dornela

No âmbito de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e a administração penitenciária, foi implementado, em uma unidade prisional do DF, um programa educacional voltado à escolarização de pessoas privadas de liberdade. A iniciativa prevê oferta da Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores (EJAIT) articulada à formação profissional, com acompanhamento pedagógico específico, adaptação curricular às condições do ambiente prisional e estratégias para ampliação gradual do atendimento educacional. Durante reunião pedagógica, profissionais da educação discutiram se as ações adotadas estão alinhadas às metas distritais, especialmente quanto à integração entre escolarização e educação profissional, ao público contemplado e ao percentual mínimo de atendimento previsto no Plano Distrital de Educação.

Com base nesse contexto e na Meta 10 do Plano Distrital de Educação do DF, julgue o item a seguir.

40. A Meta 10 estabelece universalização imediata da escolarização formal para todas as pessoas privadas de liberdade no DF, razão pela qual iniciativas que projetem expansão gradual do atendimento configurariam descumprimento direto da meta distrital.

BNCC - Prof. William Dornela

Na Escola Classe 27 de Ceilândia (DF), a professora Janaína, regente de uma turma da Educação Infantil, vem reorganizando suas práticas pedagógicas após estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela passou a priorizar propostas que valorizam interações, brincadeiras, exploração do ambiente, expressão corporal e linguagens diversas, buscando favorecer o desenvolvimento integral das crianças. Entretanto, alguns responsáveis questionaram a ausência frequente de atividades formais de registro escrito e fichas de treino motor, defendendo uma abordagem mais voltada à antecipação da alfabetização. Diante disso, a professora so-

licitou orientação pedagógica para assegurar que sua prática esteja alinhada às diretrizes da BNCC para a Educação Infantil.

Considerando essa situação e as orientações da BNCC para a julgue os itens a seguir.

41. A substituição sistemática de atividades lúdicas por exercícios formais de treino motor e antecipação da alfabetização seria mais compatível com a BNCC, já que o documento enfatiza a preparação precoce para o Ensino Fundamental.

42. O questionamento das famílias acerca das metodologias adotadas pela docente não invalida a proposta pedagógica baseada na BNCC, desde que a escola assegure diálogo com a comunidade e contextualize suas práticas sem descaracterizar os direitos de aprendizagem das crianças.

DCN - Prof. William Dornela

Na Escola Classe 45 de Taguatinga (DF), a equipe gestora iniciou a revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) após resultados institucionais indicarem necessidade de maior alinhamento entre práticas pedagógicas, formação docente e diretrizes educacionais nacionais. Durante o processo, alguns professores defenderam que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica deveriam servir apenas como referência teórica ampla, sem impacto direto na organização curricular ou na formação continuada da equipe escolar. Outros profissionais, entretanto, argumentaram que tais diretrizes possuem função orientadora mais abrangente, envolvendo desde a sistematização dos princípios educacionais previstos na legislação até o fortalecimento da reflexão crítica e da formação dos profissionais da educação.

Considerando essa situação e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, julgue o item a seguir.

43. A compreensão de que as Diretrizes Curriculares Nacionais sistematizam princípios educacionais presentes na Constituição, na LDB e em outros dispositivos legais está alinhada ao seu objetivo de assegurar uma formação básica comum nacional, considerando os sujeitos que concretizam o currículo na escola.

Currículo em Movimento - Prof. William Dornela

O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal constitui uma proposta curricular fundamentada na concepção de educação integral, compreendendo o estudante como sujeito multidimensional e a educação como prática social voltada à formação humana plena. Seus pressupostos teóricos dialogam com a teoria crítica e pós-crítica do currículo, a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural, enfatizando a democratização do acesso ao conhecimento, a valorização da diversidade, a contextualização das aprendizagens e a articulação entre escola, comunidade e sociedade. Trata-se de um currículo concebido como processo dinâmico, construído coletivamente e orientado pela superação das desigualdades educacionais e pela garantia do direito à aprendizagem.

Considerando o currículo em movimento pressuposto teórico, julgue o item a seguir.

44. Ao assumir a educação integral como fundamento, o Currículo em Movimento compreende que a ampliação do tempo escolar, por si só, garante formação integral, independentemente da reorganização das práticas pedagógicas e da articulação com diferentes dimensões formativas.

Considerando o currículo em movimento pressuposto teórico, julgue o item a seguir.

45. A concepção curricular adotada no Distrito Federal, ao dialogar com teorias críticas e pós-críticas, reconhece o currículo como campo de disputas, relações de poder e construção social, afastando a ideia de neutralidade do conhecimento escolar.

Temas Educacionais

Planejamento e OTP - Prof. William Dornela

Na Escola Classe 12 de Samambaia (DF), durante a coordenação pedagógica coletiva, a equipe docente discutiu a necessidade de reorganizar o planejamento escolar para melhorar a aprendizagem dos estudantes. Alguns professores defenderam um planejamento mais flexível e articulado à realidade dos alunos, integrado ao Projeto Político-Pedagógico e às avaliações diagnósticas. Outros, entretanto, argumentaram que o planejamento deveria priorizar apenas o cumprimento formal dos conteúdos previstos no currículo anual,

evitando alterações frequentes para manter a padronização das atividades. A equipe gestora destacou a importância da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) como elemento articulador entre currículo, avaliação, metodologias e contexto escolar.

Considerando essa situação e os princípios do planejamento educacional e da Organização do Trabalho Pedagógico, julgue o item a seguir.

46. A compreensão do planejamento como processo dinâmico, passível de ajustes conforme necessidades pedagógicas e resultados das avaliações, está alinhada à concepção contemporânea de Organização do Trabalho Pedagógico.

Considerando essa situação e os princípios do planejamento educacional e da Organização do Trabalho Pedagógico, julgue o item a seguir.

47. A defesa de um planejamento centrado exclusivamente no cumprimento linear de conteúdos curriculares, desconsiderando contexto sociocultural dos estudantes e avaliação formativa, tende a reduzir o caráter pedagógico da OTP.

Currículo - Prof. William Dornela

Considerando essa situação e as teorias de currículo, julgue os itens a seguir.

48. A concepção de currículo indicada por um dos professores como lista técnica de conteúdos, desvinculada das práticas avaliativas e da organização do trabalho pedagógico, é característica das teorias pós-críticas, que priorizam a neutralidade curricular.

Considerando essa situação e as teorias de currículo, julgue os itens a seguir.

49. A proposta de considerar o contexto sociocultural dos estudantes e promover aprendizagens significativas e emancipadoras está em consonância com abordagens críticas do currículo, que questionam a função social da escola.

PPP - Prof. William Dornela

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento que expressa a identidade da escola, seus princípios, objetivos e formas de organização do trabalho educativo. Ele orienta

as práticas pedagógicas, a gestão escolar, o planejamento, a avaliação e as ações institucionais, considerando a realidade sociocultural da comunidade atendida. De caráter político e pedagógico, o PPP materializa a gestão democrática da educação, sendo construído coletivamente e assumindo compromisso com a formação integral dos estudantes, a garantia das aprendizagens e a função social da escola.

Considerando os fundamentos do Projeto Político Pedagógico, julgue o item a seguir.

50. A função político-pedagógica do PPP consiste prioritariamente na definição de metas administrativas e operacionais da escola, cabendo às propostas pedagógicas propriamente ditas serem desenvolvidas em planejamentos docentes autônomos, sem necessária vinculação ao documento institucional.

Considerando os fundamentos do Projeto Político Pedagógico, julgue o item a seguir.

51. A compreensão do Projeto Político-Pedagógico como instrumento orientador da identidade institucional implica reconhecer que sua elaboração coletiva não elimina tensões, disputas de concepções educativas e relações de poder no espaço escolar, podendo tais elementos influenciar as decisões pedagógicas nele expressas.

Relação professor-Aluno - Prof. William Dornela

Na Escola Classe 06 de Sobradinho (DF), a professora Helena passou a enfrentar dificuldades na condução de sua turma do Ensino Fundamental. Parte dos estudantes demonstra desmotivação, baixa participação nas atividades e resistência às orientações pedagógicas. Em reuniões pedagógicas, a docente relatou que tem priorizado o cumprimento dos conteúdos curriculares e a manutenção da disciplina formal em sala, evitando estabelecer diálogos mais frequentes com os estudantes para não comprometer a autoridade docente. A equipe pedagógica sugeriu a ampliação de estratégias de escuta ativa, mediação pedagógica e fortalecimento do vínculo pedagógico, destacando que a qualidade da relação professor-aluno pode impactar diretamente o processo de aprendizagem, o clima escolar e o desenvolvimento socioemocional

dos estudantes.

Considerando essa situação e os fundamentos pedagógicos da relação professor-aluno, julgue os itens a seguir.

52. A mediação pedagógica na relação professor-aluno pressupõe diálogo, escuta qualificada e reconhecimento do estudante como sujeito ativo do processo educativo, sem que isso implique perda da autoridade docente.

Componentes do Processo de Ensino-Aprendizagem Prof. William Dornela

Na Escola Classe 03 do Riacho Fundo (DF), a professora Patrícia vem enfrentando dificuldades com o rendimento acadêmico de sua turma. Apesar de cumprir rigorosamente o planejamento anual e trabalhar os conteúdos previstos no currículo, parte dos estudantes demonstra baixa compreensão dos temas abordados, pouca participação nas aulas e dificuldades na realização das atividades avaliativas. Durante reunião pedagógica, a coordenação sugeriu que a docente analisasse os diferentes componentes do processo de ensino-aprendizagem incluindo objetivos, conteúdos, metodologias, avaliação, características dos estudantes e contexto sociocultural a fim de reorganizar suas práticas pedagógicas. A professora reconheceu que tem priorizado a exposição oral dos conteúdos e avaliações predominantemente somativas, com pouca diversificação metodológica.

Considerando essa situação e os componentes do processo de ensino-aprendizagem, julgue o item a seguir.

53. A articulação entre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação constitui elemento essencial do processo de ensino-aprendizagem, sendo insuficiente o tratamento isolado desses componentes para garantir a aprendizagem significativa.

Considerando essa situação e os componentes do processo de ensino-aprendizagem, julgue o item a seguir.

54. A avaliação, como componente do processo educativo, deve restringir-se à verificação final da aprendizagem, evitando interferências no planejamento pedagógico para preservar a objetividade dos resultados.

Avaliação Escolar - Prof. Carlinhos Costa

Considerando a concepção de avaliação defendida pelas Diretrizes Educacionais do Distrito Federal e aplicável ao cotidiano do CEM 02 de Ceilândia, a prática avaliativa deve assumir um caráter eminentemente processual e qualitativo, em que a função diagnóstica atue como subsídio para a reorientação do trabalho pedagógico.

55. Nesse contexto, a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do período sobre os de eventuais exames finais constitui um fundamento que visa garantir a função social da escola e o sucesso da aprendizagem.

EJA - Prof. Carlinhos Costa

No Centro de Educação de Jovens e Adultos (CESAS), localizado na Asa Sul, a equipe pedagógica planeja a oferta de novas turmas para o segundo semestre. O foco é atender trabalhadores que possuem jornadas extensas e sujeitos que não tiveram acesso à educação na idade própria, buscando garantir a permanência e o êxito desses estudantes por meio de metodologias que considerem seus saberes prévios.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens 56 e 57.

56. Em conformidade com os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os sistemas de ensino, ao organizarem a modalidade EJA em unidades como o CESAS, devem assegurar aos trabalhadores condições de acesso e permanência mediante a oferta de cursos e exames que guardem estreita relação com o modelo de ensino regular, de modo a garantir a uniformidade curricular e a padronização dos tempos escolares para todos os níveis da educação básica.

57. No contexto da avaliação e certificação, a legislação faculta ao poder público a realização de exames supletivos para a aferição de conhecimentos desenvolvidos em instâncias não formais. Para tanto, a idade mínima para a realização de tais exames, visando à certificação no nível do ensino médio em instituições do Distrito Federal, é de dezoito anos completos, devendo-se observar a gratuidade desse processo aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular.

Gestão Democrática - Prof. Carlinhos Costa

No sistema de ensino público do Distrito Federal, a gestão democrática fundamenta-se na participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e na autonomia das unidades de ensino.

58. Sob essa perspectiva, o Conselho Escolar, enquanto órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, possui a incumbência de aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP), cabendo-lhe, ainda, a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros repassados à escola, de forma a garantir a transparência e a consonância das despesas com as prioridades pedagógicas estabelecidas coletivamente.

TIC e EaD - Prof. Guilherme Augusto

59. No contexto contemporâneo das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais, a Educação a Distância pode ser compreendida como uma modalidade que desloca o eixo da presencialidade física para a constituição de espaços formativos híbridos e interativos, nos quais a mediação tecnológica não se reduz ao suporte instrumental, mas integra dimensões comunicacionais, avaliativas e curriculares, exigindo do docente a reorganização de tempos didáticos, a redefinição de estratégias de acompanhamento e a incorporação de múltiplas linguagens semióticas na construção do conhecimento.

Educação integral, do campo e ambiental
Prof. Guilherme Augusto

60. A concepção de Educação Integral, no âmbito das políticas e práticas educacionais contemporâneas, pode ser compreendida como um paradigma formativo que ultrapassa a ampliação da jornada escolar e se articula à ideia de desenvolvimento multidimensional do estudante — envolvendo dimensões cognitivas, corporais, afetivas, éticas, estéticas e sociopolíticas —, pressupondo reorganização curricular, integração entre áreas do conhecimento e estabelecimento de parcerias intersectoriais que extrapolam os limites físicos da escola, ainda que tais articulações dependam

de condições estruturais, culturais e de gestão que nem sempre se efetivam de modo homogêneo nos diferentes sistemas de ensino.

61. A Educação Ambiental, concebida como dimensão transversal do currículo e como prática sociopedagógica contínua, envolve processos formativos voltados à construção de consciência crítica sobre as relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento, promovendo atitudes de responsabilidade coletiva e participação cidadã, o que pressupõe abordagens interdisciplinares, problematização de contextos locais e articulação entre conhecimentos científicos, éticos e culturais, sem se restringir a ações pontuais ou eventos comemorativos no calendário escolar.

Políticas Públicas da Educação Básica Prof. Guilherme Augusto

62. As políticas públicas voltadas à educação básica, quando formuladas em contextos federativos complexos, tendem a se estruturar a partir de processos de negociação entre diferentes entes governamentais, instâncias deliberativas e atores sociais, de modo que sua implementação não se configura como mera aplicação linear de dispositivos normativos, mas como dinâmica marcada por disputas interpretativas, adaptações territoriais e tensionamentos entre diretrizes nacionais e realidades locais, o que pode gerar assimetrias na materialização do direito à educação.

Educação/sociedade e prática escolar Prof. Fernando Sousa

63. Em uma escola pública localizada em território marcado por desemprego estrutural e trabalho precarizado, o currículo enfatiza fortemente a adaptação dos estudantes às “exigências do mercado”, minimizando debates críticos sobre desigualdade social. À luz da concepção de educação em Karl Marx, essa organização pedagógica tende a reforçar a lógica de alienação, ao dissociar a formação escolar das condições materiais concretas que estruturam a vida social.

64. Ao defender que a escola, por si só, é capaz de promover a superação das desigualdades

sociais, independentemente das relações de produção vigentes, uma equipe pedagógica adota uma leitura compatível com o materialismo histórico-dialético, segundo o qual a educação é a principal instância de transformação social autônoma.

Tendências Pedagógicas Prof. Fernando Sousa

65. Em uma escola que defende a centralidade do professor como autoridade intelectual, a organização curricular prioriza a exposição sistemática dos conteúdos e a avaliação da capacidade de reprodução conceitual pelos estudantes. Embora a gestão afirme que tal modelo garante “formação sólida”, a situação expressa pressupostos da pedagogia tradicional, na qual o conhecimento é tratado como herança cultural a ser transmitida, e não como construção mediada pela prática social.

66. Ao justificar que a pedagogia tradicional favorece a autonomia intelectual dos estudantes por meio da problematização crítica da realidade e da valorização do diálogo horizontal em sala de aula, a equipe pedagógica atribui a essa tendência características próprias de concepções progressistas, deslocando indevidamente seus fundamentos históricos e epistemológicos.

Interdisciplinaridade Prof. Fernando Sousa

67. Em uma escola, professores de História, Geografia e Ciências planejam o mesmo tema anual, porém cada docente mantém objetivos, métodos e avaliações próprios, sem articulação conceitual entre as áreas. Embora a gestão denomine a prática como “interdisciplinar”, a situação caracteriza uma abordagem multidisciplinar, pois há justaposição de disciplinas sem integração epistemológica nem construção coletiva do conhecimento.

Didática - Prof. Livia Oliveira

Uma professora dos anos iniciais elaborou seu plano de aula com objetivos claros, atividades diversificadas e critérios de avaliação definidos. No entanto, durante as aulas, limitou-se à exposição oral dos conteúdos, sem promover interação, sem adaptar as atividades às dificul-

dades dos alunos e sem acompanhar o processo de aprendizagem. Como resultado, grande parte da turma demonstrou dificuldades na compreensão dos conteúdos trabalhados.

68. A situação apresentada evidencia fragilidade na mediação didática, uma vez que a professora não articulou adequadamente os objetivos, os métodos e as estratégias às necessidades reais dos estudantes, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem.

69. O principal problema identificado no caso decorre exclusivamente da falta de domínio dos conteúdos por parte da professora, sendo irrelevante a escolha dos métodos e das estratégias de ensino.

Conhecimentos Complementares

Função Histórico Cultural - Prof. Livia Oliveira

Em uma escola situada em uma comunidade tradicional, os professores passaram a desenvolver projetos pedagógicos que valorizam a história local, as manifestações culturais, a linguagem própria da comunidade e os saberes populares. As atividades envolvem entrevistas com moradores, registros escritos, produção artística e debates sobre a identidade cultural dos estudantes.

70. A prática descrita evidencia o reconhecimento da função histórico-cultural da escola, ao promover a mediação simbólica entre os estudantes e o contexto social em que estão inseridos.

Declaração de Salamanca - Prof. Carlinhos Costa

O Centro de Ensino Fundamental (CEF) 407 de Samambaia, ao receber um número crescente de estudantes com necessidades educacionais especiais, decide revisar seu projeto pedagógico. A intenção da gestão é garantir que a escola não apenas ofereça a vaga, mas que reformule suas práticas para atender às características individuais de cada aluno, em consonância com os marcos internacionais de educação inclusiva.

Com base na situação hipotética e na Declaração de Salamanca, julgue os itens 71 a 73.

71. Com base nos princípios da Declaração de Salamanca aplicados ao CEF 407 de Samambaia, as escolas comuns que possuem uma orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e construindo uma sociedade integradora, sendo que o êxito desse modelo depende de que o ensino se adapte às necessidades das crianças, em vez de as crianças se adaptarem a pressupostos pré-estabelecidos quanto à natureza e ao ritmo do processo de aprendizagem.

72. No âmbito do Distrito Federal, a implementação de uma pedagogia centrada na criança, conforme preconiza a Declaração de Salamanca, pressupõe que as diferenças de aprendizagem sejam tratadas como desafios pedagógicos, de modo que o encaminhamento de estudantes para escolas ou classes especiais seja condicionado à existência de deficiências severas, as quais inviabilizam a escolarização em ambientes de ensino regular.

73. A Declaração de Salamanca estabelece que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, o que exige das unidades escolares, como o CEF 407 de Samambaia, o reconhecimento e a resposta às diversas necessidades de seus alunos, garantindo uma educação de qualidade a todos por meio de currículos apropriados, arranjos organizacionais e estratégias de ensino que considerem a diversidade de ritmos e interesses.

PNEEI DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025 Prof. Carlinhos Costa

No CEF 201 de Santa Maria, a coordenação pedagógica planeja a reestruturação das Salas de Recursos e a formação continuada dos docentes, visando atender às diretrizes do Decreto nº 12.686/2025, que orienta a implementação da educação especial em uma perspectiva equitativa e inclusiva.

Com base na situação hipotética e com o Decreto nº 12.686/2025, julgue os itens 74 a 76.

74. De acordo com as diretrizes da nova PNEEI, o CEF 201 de Santa Maria deve estruturar a educação especial como uma modalidade

transversal, de modo que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) funcione como suporte aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, integrando-se ao projeto pedagógico da escola comum.

75. No contexto da educação equitativa e inclusiva, a implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) no CEF 201 de Santa Maria constitui uma estratégia que visa à criação de ambientes e propostas pedagógicas acessíveis a todos os estudantes, minimizando a necessidade de adaptações curriculares individualizadas e posteriores.

76. Sob a proteção do Decreto nº 12.686/2025, a garantia do aprendizado ao longo da vida para o público-alvo da educação especial assegura que o CEF 201 de Santa Maria possa certificar estudantes com deficiência intelectual mediante currículos simplificados, os quais desobrigam a instituição de promover a participação desses alunos nas avaliações em larga escala do sistema de ensino do DF.

Res 04/2009 - AEE - Prof. Carlinhos Costa

No Centro Educacional (CED) São Bartolomeu, em São Sebastião-DF, o Serviço de Orientação Educacional e a equipe da Sala de Recursos Multifuncionais realizam a triagem anual para a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), observando os critérios de elegibilidade previstos nas diretrizes nacionais.

Com base na situação e na Resolução nº 4/2009, julgue os itens 77 e 78.

77. A caracterização de estudantes como público-alvo do AEE no CED São Bartolomeu, no que se refere aos alunos com deficiência, pressupõe a existência de impedimentos de longo prazo. Esses impedimentos, por sua vez, podem possuir natureza mental, intelectual, física ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva desses sujeitos na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

78. No processo de identificação de alunos

com altas habilidades ou superdotação no CED São Bartolomeu, a equipe pedagógica deve considerar o potencial elevado do estudante em áreas do conhecimento humano, de forma isolada ou combinada. Nesse sentido, o quadro de elegibilidade para o AEE abarca o envolvimento notável com a liderança, a psicomotricidade, as artes e a criatividade, além da dimensão intelectual.

Lei 12.764/12 Lei Berenice Piana Prof. Carlinhos Costa

No Centro de Ensino Médio (CEM) 04 de Ceilândia, a equipe gestora recebeu a matrícula de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Durante a elaboração do Plano de Atendimento Individualizado, os familiares e a coordenação pedagógica discutem os suportes necessários para garantir a efetividade do processo de inclusão e o acesso ao currículo do ensino médio.

79. No âmbito do CEM 04 de Ceilândia, ao estudante com transtorno do espectro autista que esteja matriculado em classes comuns de ensino regular, assiste o direito à assistência de acompanhante especializado, desde que verificada e atestada a necessidade de tal suporte para o desenvolvimento de suas atividades escolares.

80. Em observância à Lei nº 12.764/2012, o CEM 04 de Ceilândia deve garantir ao estudante com transtorno do espectro autista o acesso à educação e ao ensino profissionalizante. Todavia, a legislação estabelece que, visando à proteção da integridade do educando, a oferta de acompanhante especializado deve ocorrer prioritariamente em salas de aula exclusivas para alunos com transtorno do desenvolvimento, de modo a evitar o prejuízo pedagógico aos demais discentes das classes comuns.

Resolução nº 3/2023 – CEDF Prof. Carlinhos Costa

No Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 do Cruzeiro, a equipe pedagógica realiza a enturmação de novos estudantes com deficiência intelectual e altas habilidades. Durante o planejamento, os professores regentes e a coordenação discutem as estratégias para a formalização do suporte pedagógico e a documentação do percurso escolar desses alunos, visando o cumprimento das exigências normativas do sistema de ensino distrital.

81. No que concerne à flexibilização curricular e ao fluxo escolar, os documentos organizacionais da unidade de ensino devem prever a possibilidade de terminalidade específica para estudantes que, em virtude de suas condições individuais, não consigam atingir o nível exigido para os Ensinos Fundamental ou Médio. Ademais, para alunos com altas habilidades ou superdotação, admite-se a aceleração de estudos como estratégia para a conclusão do programa escolar em tempo reduzido, observada a legislação vigente.

82. Em conformidade com a Resolução nº 03/2023-CEDF, a elaboração e o desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) no CEF 01 do Cruzeiro constituem atribuição precípua da instituição educacional e do corpo docente do estudante, sendo facultada a colaboração da família e do próprio educando nesse processo, desde que haja anuência prévia da equipe multiprofissional.

Orientação Pedagógica da Educação Especial Prof. Carlinhos Costa

O Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 de Planaltina recebeu o estudante Lucas, que apresenta um diagnóstico de deficiência múltipla (deficiência intelectual associada a impedimentos motores). Lucas possui 14 anos e está matriculado no 6º ano do Ensino Fundamental. A equipe pedagógica observa que, embora Lucas tenha interesse nas interações sociais, ele apresenta um tempo de aprendizagem marcadamente diferente da média da turma e necessita de suportes específicos para a comunicação e para a execução de tarefas acadêmicas. O conselho de classe debate se as atividades devem focar estritamente na Base Nacional Comum ou se devem ser flexibilizadas para contemplar habilidades da vida diária.

Com base no estudo de caso, julgue os itens 83 a 85.

83. Considerando as diretrizes de adequação curricular contidas na Orientação Pedagógica da SEEDF, a equipe do CEF 01 de Planaltina deve implementar adequações de nível de processo, que consistem na modificação dos objetivos e dos conteúdos básicos do currículo comum, de modo a priorizar habilidades funcionais que possibilitem a autonomia de

Lucas, mesmo que isso implique a exclusão definitiva de conteúdos acadêmicos previstos para o 6º ano.

84. No caso de Lucas, a Orientação Pedagógica da Educação Especial preconiza que as decisões sobre o seu percurso escolar devem considerar o equilíbrio entre as necessidades acadêmicas e as necessidades funcionais. Dessa forma, as intervenções pedagógicas devem ser pautadas no princípio de que a deficiência múltipla requer uma abordagem educacional que minimize as barreiras de comunicação e favoreça o desenvolvimento de competências para a vida em sociedade.

85. Ao elaborar o planejamento para Lucas, os professores do CEF 01 de Planaltina devem considerar que a deficiência intelectual não é um traço absoluto de incapacidade, mas um estado de funcionamento que pode ser modificado por meio de apoios e estímulos adequados. Nesse contexto, a avaliação do estudante deve ser processual e mediadora, focando mais nos progressos individuais em relação ao seu próprio ponto de partida do que na comparação com o desempenho padronizado da turma.

Currículo em Movimento EE Prof. William Dornela

O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, na perspectiva da Educação Especial, fundamenta-se nos princípios da educação inclusiva e do direito de todos à aprendizagem. Nessa concepção, a Educação Especial é entendida como modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino, não substitutiva ao ensino comum, devendo assegurar acessibilidade curricular, atendimento educacional especializado e flexibilizações pedagógicas que respeitem as especificidades dos estudantes. O currículo inclusivo, portanto, deve ser dinâmico, flexível e orientado pela valorização da diversidade, promovendo condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Considerando o currículo em movimento da educação especial, julgue o item a seguir.

86. A perspectiva inclusiva do currículo pressu-

põe adaptações curriculares individuais, especificamente ao professor regente e ao projeto pedagógico institucional, preservando a estrutura curricular comum.

Considerando o currículo em movimento da educação especial, julgue o item a seguir.

87. O atendimento educacional especializado, no âmbito do Currículo em Movimento, tem caráter substitutivo ao ensino comum, sendo destinado à escolarização principal dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Considerando o currículo em movimento da educação especial, julgue o item a seguir.

88. A flexibilização curricular na Educação Especial não implica simplificação automática de conteúdos, mas adequação de metodologias, tempos, recursos e estratégias para garantir acesso ao conhecimento e participação efetiva dos estudantes.

PARECER Nº 50/2023
Prof. William Dornela

Na Escola Classe 18 de Ceilândia (DF), a equipe gestora recebeu a matrícula de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para o Ensino Fundamental. Durante as discussões internas, surgiram dúvidas quanto à necessidade de apresentação de laudo médico para a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à possibilidade de limitação de vagas por turma e ao papel do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na institucionalização das ações inclusivas. Alguns profissionais defenderam que a matrícula deveria ser condicionada à apresentação de laudo clínico e que a escola poderia restringir o número de estudantes com TEA por sala para garantir a organização pedagógica. Outros argumentaram que tais práticas poderiam configurar violação de direitos educacionais e que o planejamento inclusivo deveria estar previsto no PPP, com foco na eliminação de barreiras e na participação do estudante em todos os espaços escolares.

Considerando essa situação e as orientações do Parecer CNE/CP nº 50/2023, julgue o item a seguir.

89. O Parecer CNE/CP nº 50/2023 reconhece o Atendimento Educacional Especializado como

serviço substitutivo à escolarização em classe comum, devendo este ocorrer prioritariamente fora do espaço escolar regular.

Considerando essa situação e as orientações do Parecer CNE/CP nº 50/2023, julgue o item a seguir.

90. A institucionalização das ações de inclusão, incluindo o AEE, o estudo de caso e as adaptações razoáveis, deve estar prevista no Projeto Político-Pedagógico da escola, como forma de garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com TEA.

Caderno Opeep
Prof. William Dornela

Na Escola Classe 07 do Recanto das Emas (DF), a equipe pedagógica recebeu, no início do ano letivo, um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), regularmente matriculado em classe comum inclusiva. Durante os primeiros meses, foram observadas dificuldades relacionadas à organização da rotina, à comunicação funcional e à participação nas atividades coletivas.

Diante desse contexto, a escola passou a discutir a necessidade de elaboração de adequações curriculares, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a possibilidade de solicitação de profissional de apoio escolar. Surgiram divergências quanto ao papel do professor regente, à função do AEE, à obrigatoriedade do Estudo de Caso e à articulação dessas ações com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar.

Considerando as orientações do Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – SEEDF (2025), julgue o item a seguir.

91. A adequação curricular para estudantes com TEA deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor do Atendimento Educacional Especializado, cabendo ao professor regente apenas a execução das orientações recebidas.

Considerando as orientações do Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – SEEDF (2025), julgue o item a seguir.

92. O Atendimento Educacional Especializado

possui natureza pedagógica, caráter complementar à escolarização em classe comum e não pode ser confundido com reforço escolar nem assumir função substitutiva ao ensino regular.

Considerando as orientações do Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – SEEDF (2025), julgue o item a seguir.

93. A solicitação de profissional de apoio escolar depende de avaliação pedagógica registrada no Estudo de Caso, não sendo prevista, nos normativos da SEEDF, a exclusividade desse profissional para atendimento individualizado de um único estudante.

Papel do professor do atendimento educacional especializado no assessoramento da adequação curricular
Prof. William Dornela

O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) exerce papel fundamental no assessoramento da adequação curricular, atuando de forma colaborativa com o professor regente e a equipe pedagógica para garantir acessibilidade ao currículo, participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Sua atuação envolve orientação pedagógica, identificação de barreiras à aprendizagem, proposição de recursos, estratégias e adaptações metodológicas, sem assumir caráter substitutivo ao ensino comum. A adequação curricular, nessa perspectiva, constitui responsabilidade compartilhada, voltada à promoção da inclusão escolar e do direito à aprendizagem.

Considerando o Papel do professor do atendimento educacional especializado no assessoramento da adequação curricular, julgue o item a seguir.

94. O assessoramento do professor do AEE na adequação curricular caracteriza-se pela atuação colaborativa com o professor regente, envolvendo análise das necessidades educacionais do estudante, proposição de recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas inclusivas.

Promoção da Equidade, Diversidade e DH na Educação
Prof. William Dornela

Na Escola Classe 14 de Taguatinga (DF), a equipe pedagógica iniciou a elaboração do planejamento anual e discutiu a inclusão de temas relacionados à prevenção da violência contra a mulher e à igualdade de gênero no currículo escolar. Parte dos docentes defendeu que esse conteúdo deveria ser trabalhado apenas em disciplinas específicas ou em datas comemorativas pontuais, enquanto outros argumentaram que a abordagem deveria ocorrer de forma transversal ao longo do ano letivo, envolvendo toda a comunidade escolar. Durante a reunião, também surgiram dúvidas sobre a necessidade de formação docente para tratar do tema, a possibilidade de parceria com instituições externas e a finalidade pedagógica dessa abordagem no contexto escolar.

Considerando a Lei nº 6.367/2019 do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

95. A proposta de trabalhar noções básicas sobre a Lei Maria da Penha como conteúdo transversal ao currículo escolar da rede pública do DF está alinhada ao disposto na legislação distrital, que prevê abordagem contínua ao longo do ano letivo.

Na Escola Classe 22 de Ceilândia (DF), ao elaborar o calendário anual de atividades pedagógicas, a equipe gestora discutiu a inclusão de ações voltadas ao enfrentamento da discriminação e da violência motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. Alguns docentes defenderam que a escola não deveria se envolver em atividades relacionadas ao tema, por se tratar apenas de uma data simbólica prevista no calendário oficial do Distrito Federal. Outros profissionais argumentaram que a instituição escolar, enquanto espaço formativo, deveria aproveitar a data instituída pela legislação distrital para promover debates, ações educativas e reflexões críticas, articulando o tema aos princípios da educação em direitos humanos, do respeito à diversidade e da convivência democrática.

Considerando essa situação e o disposto na Lei nº 4.374/2009, julgue o item a seguir.

96. Por se tratar de lei de natureza meramente

comemorativa, a Lei nº 4.374/2009 veda a realização de atividades educativas nas escolas públicas, restringindo-se à menção simbólica da data no calendário.

Considerando as disposições da Lei Distrital nº 7.395/2024, que institui a Política Distrital de Proteção e Direito de Matrícula de crianças migrantes, refugiadas, apátridas e solicitantes de refúgio na rede pública de educação básica do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

97. A ausência de documentação escolar trazida, a irregularidade da situação migratória ou a inexistência de histórico escolar não podem ser utilizadas como impedimento para a matrícula de crianças migrantes, refugiadas, apátridas ou solicitantes de refúgio na educação básica do Distrito Federal.

Considerando as diretrizes da Portaria SE-EDF nº 279/2018, que institui a Política de Acolhimento e Atendimento de Estudantes Indígenas na rede pública de ensino do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

98. A política de acolhimento aos estudantes indígenas na rede pública do Distrito Federal pressupõe o respeito à diversidade sociocultural, à identidade étnica e linguística desses estudantes, bem como a adoção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam permanência, aprendizagem e valorização de suas culturas no contexto escolar.

Considerando as disposições da Lei Distrital nº 5.816/2017, que trata da priorização da recepção de crianças indígenas na rede pública de ensino e nas creches do Distrito Federal, julgue o item a seguir.

99. A priorização da recepção de crianças indígenas na rede pública de ensino do Distrito Federal, conforme a Lei nº 5.816/2017, relaciona-se à promoção da equidade educacional, buscando assegurar acesso, permanência e respeito às especificidades socioculturais desse público no ambiente escolar.

Considerando o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-

-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013), julgue o item a seguir.

100. O Plano Nacional de Implementação estabelece que a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais exige ações articuladas que envolvam currículo, formação inicial e continuada dos profissionais da educação, materiais didáticos, gestão escolar e sistemas de avaliação, não se restringindo à inclusão pontual de conteúdos nos componentes curriculares.

Considerando as disposições da Resolução CNE/CP nº 1/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, julgue o item a seguir.

101. A Educação em Direitos Humanos, conforme as diretrizes nacionais, deve ser desenvolvida de forma transversal, permanente e integrada ao currículo, às práticas pedagógicas e à gestão escolar, não se restringindo a ações pontuais ou a componentes curriculares isolados.

Considerando as disposições da Portaria MEC nº 470/2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), julgue o item a seguir.

102. A PNEERQ orienta a implementação de políticas educacionais voltadas à equidade racial, à valorização das identidades étnico-raciais e ao enfrentamento do racismo estrutural no âmbito da educação básica, articulando currículo, formação de profissionais da educação e gestão escolar.

Capacitismo Prof. William Dornela

No Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do Paranoá (DF), um estudante com deficiência física matriculado na EJA relatou dificuldades para participar plenamente das atividades pedagógicas. Em sala, alguns professores passaram a reduzir sistematicamente as exigências curriculares para esse estudante, sob a justificativa de “adequar o nível” às suas condições. Além disso, determinadas falas no ambiente escolar indicavam a percepção de que o estudante deveria apenas “acompanhar

como fosse possível”, sem expectativa real de aprendizagem ou progressão escolar. Durante reunião pedagógica, a coordenação questionou se tais práticas poderiam configurar capacitismo e se estariam em desacordo com os princípios da educação inclusiva, especialmente no contexto da EJA, que atende sujeitos com trajetórias escolares diversas e marcadas por exclusões históricas.

Considerando essa situação e os princípios da educação inclusiva e do enfrentamento ao capacitismo, julgue o item a seguir.

103. A redução automática das exigências curriculares para o estudante com deficiência, sem análise pedagógica contextualizada, pode caracterizar prática capacitista, ao pressupor incapacidade e limitar expectativas de aprendizagem.

Histórico das políticas da EEPEI Prof. Livia Oliveira

Uma rede de ensino, até o início dos anos 2000, mantinha classes especiais separadas para estudantes com deficiência. A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), iniciou um processo de reorganização, matriculando esses estudantes nas classes comuns e implantando o Atendimento Educacional Especializado no contraturno.

104. A reorganização realizada pela rede municipal está alinhada à evolução histórica das políticas de educação especial, que passaram de um modelo segregador para uma perspectiva inclusiva.

105. A manutenção de classes especiais separadas, mesmo após a Política de 2008, é compatível com os princípios da educação inclusiva, desde que ofereça atendimento especializado.

As especificidades do AEE Prof. Livia Oliveira

Em uma escola municipal, a equipe pedagógica identificou que alguns estudantes com deficiência intelectual, um aluno com Transtorno do Espectro Autista e uma estudante com altas habilidades apresentavam necessidades específicas para acessar o currículo. Diante disso, a gestão organizou o Atendimento Educacional Especializado no contraturno, em sala de recursos multifuncionais, articulado

ao trabalho dos professores regentes.

106. A oferta do AEE aos estudantes descritos está de acordo com a legislação educacional, por atender ao público-alvo definido nas políticas de educação inclusiva.

107. O AEE deve substituir o ensino regular desses estudantes, garantindo que recebam atendimento exclusivo em espaços especializados.

O papel do professor na formulação, aplicação, revisão e avaliação da adequação curricular I Prof. Livia Oliveira

Em um Centro de Ensino da SEEDF, um professor do 7º ano mantém o mesmo planejamento e as mesmas avaliações para todos os estudantes, mesmo após perceber que uma aluna com deficiência visual não consegue acessar os materiais didáticos impressos. Ele considera que qualquer adaptação prejudicaria o andamento da turma.

108. A postura do professor está adequada, pois preserva a uniformidade curricular e evita prejuízos ao ritmo da turma.

O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem na educação especial e inclusiva Prof. Livia Oliveira

Em uma escola pública da SEEDF, uma professora do 2º ano do Ensino Fundamental percebeu que um estudante com deficiência física tinha dificuldades para manipular materiais didáticos. Diante disso, reorganizou o espaço da sala, adaptou os recursos, diversificou as atividades e passou a acompanhar de forma individualizada seu desenvolvimento.

109. A atuação da professora evidencia compromisso com o processo inclusivo, ao eliminar barreiras e promover condições adequadas para a aprendizagem do estudante.

Parâmetros Globais do Estudo de Caso Prof. Livia Oliveira

Em uma escola pública da SEEDF, a equipe pedagógica observou que um estudante do 5º ano apresentava dificuldades persistentes na leitura e na escrita, além de isolamento social. A professora regente, em conjunto com o AEE, a coordenação e a família, passou a registrar observações sistemáticas, analisar produções do aluno e revisar periodicamente as estratégias adotadas.

110. A prática descrita está alinhada ao parâmetro global do estudo de caso, por envolver observação contínua, registro pedagógico e articulação entre diferentes atores.

Tecnologias Assistivas - Prof. Livia Oliveira

Em uma escola pública da SEEDF, uma estudante do 6º ano com baixa visão relata fadiga visual e dificuldade para copiar do quadro. A professora percebe queda no desempenho em Ciências e História. A coordenação pedagógica articula ações com o AEE e reorganiza a rotina de sala. São testados materiais ampliados, contrastes e recursos digitais. A família informa que a aluna usa óculos e tem acompanhamento oftalmológico.

111. A adoção de fonte ampliada, alto contraste e disponibilização prévia de textos digitais reorganiza o ambiente de aprendizagem e amplia a participação, ao reduzir barreiras de acesso ao currículo na sala comum.

112. O encaminhamento da estudante para a sala de recursos, com atividades paralelas de leitura, torna desnecessária a adaptação de materiais na sala comum, pois a tecnologia assistiva cumpre função exclusiva no AEE.

O papel do Professor no Estudos de Caso Prof. Guilherme Augusto

113. No processo de elaboração e acompanhamento do Estudo de Caso no contexto escolar inclusivo, o professor regente, ao participar das análises e decisões pedagógicas, tende a desempenhar função que extrapola a simples descrição de desempenho acadêmico do estudante, envolvendo a observação sistemática de interações sociais, identificação de barreiras à participação, registro de potencialidades e diálogo com outros profissionais e familiares, contribuindo para a construção de um documento que subsidia tanto adequações curriculares quanto encaminhamentos institucionais articulados.

Diferença entre dificuldades de aprendizagem e transtorno de aprendizagem Prof. Guilherme Augusto

114. As dificuldades de aprendizagem podem ser compreendidas como manifestações educacionais que emergem da interação entre fatores pedagógicos, socioculturais, emocionais e contextuais, podendo variar ao longo do

percurso escolar do estudante e responder de maneira significativa a intervenções didáticas planejadas, enquanto os transtornos de aprendizagem tendem a apresentar base neurobiológica, persistência ao longo do tempo e necessidade de acompanhamento especializado, ainda que ambos os fenômenos se expressem no cotidiano escolar por meio de desempenhos acadêmicos abaixo do esperado para a etapa de escolarização.

Noções gerais sobre TEA Prof. Guilherme Augusto

115. O Transtorno do Espectro Autista, no contexto educacional, pode ser compreendido como condição do neurodesenvolvimento caracterizada por padrões diferenciados de comunicação, interação social e comportamento, cujas manifestações variam em intensidade e forma de expressão, o que implica reconhecer que a heterogeneidade constitui elemento estruturante do espectro e demanda planejamento pedagógico individualizado que considere potencialidades, interesses e necessidades específicas do estudante.

116. No ambiente escolar, a presença de estudantes com TEA tende a requerer a criação de espaços segregados de aprendizagem como estratégia prioritária para assegurar o desenvolvimento acadêmico e social, visto que a convivência em turmas comuns pode gerar sobrecarga sensorial e comprometer o processo de ensino-aprendizagem coletivo.

Tipos de Turmas para EcD/TEA Prof. Guilherme Augusto

117. No arranjo organizacional das turmas, a Classe Comum Inclusiva configura-se como estratégia que viabiliza a convivência entre estudantes com e sem deficiência ou transtornos funcionais específicos, abrangendo perfis diversos como deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla, deficiência visual, surdez, deficiência auditiva não optante por Libras, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, sendo que, no caso de estudantes surdos ou com deficiência auditiva que não utilizam Libras, exige-se formalização documental que registre tal opção linguística no processo escolar.

EJA Interventiva
Prof. Fernando Sousa

118. Em uma Coordenação Regional de Ensino, a equipe decide matricular na EJA Interventiva estudantes com histórico de defasagem idade-ano, dificuldades de aprendizagem persistentes e baixo rendimento escolar, ainda que não apresentem diagnóstico de TEA ou Deficiência Intelectual. A decisão está alinhada à concepção da EJA Interventiva, que se destina a atender estudantes com trajetórias escolares interrompidas ou fracassadas.

119. Ao organizar turmas de EJA Interventiva exclusivamente para estudantes com TEA e/ou Deficiência Intelectual, com ou sem associação de outras deficiências, a rede de ensino reafirma que essa modalidade não se destina a corrigir apenas a defasagem idade-ano, mas a atender necessidades educacionais específicas que não foram plenamente contempladas nas classes comuns inclusivas.

A prática pedagógica inclusiva com foco no atendimento à diversidade na escola

Prof. Fernando Sousa

120. Em uma escola que atende estudantes com deficiência, diferenças étnico-raciais, trajetórias de vulnerabilidade social e distintos ritmos de aprendizagem, a equipe pedagógica decide manter práticas homogêneas, justificando que qualquer diferenciação pedagógica poderia “estigmatizar” os alunos. Essa decisão está alinhada à perspectiva da educação inclusiva, pois garante igualdade de tratamento e evita a criação de expectativas diferenciadas no processo de ensino-aprendizagem.

OS PEDAGÓGICOS
cursos e concursos

Mentoria Pré75 SEDf 2026 ↗

A SEDF 2026 MENTORIA SE
2026 MENTORIA SEDF 2026 MENTORIA SE